

NAS TRILHAS DA EXCEÇÃO, OS RASTROS DA VIOLÊNCIA: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 EM ALAGOAS E A PERSEGUIÇÃO CONTRA OPERÁRIOS

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares*

Um convite ao passado e presente...

O filósofo Walter Benjamin, pouco tempo antes de sua trágica morte cometendo suicídio no ano de 1940, e em um período de rápida ascensão do fascismo na Europa, destacou em sua oitava tese sobre o conceito de história, que “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade (BENJAMIN, 1996, p. 226)”. Não se tratava apenas da evidência sobre um devir histórico naquele tempo – a opressão e o estado de exceção – mas uma reflexão crítica que remeta ao passado e aponte para o presente. Não por acaso, Reinhart Koselleck (2001) sustenta que toda história é também a história do tempo presente. E, portanto, como ciência, deve considerar que seus discursos enquanto saberes são associados às suas práticas, às questões e problemas de seu tempo.

Nesse movimento de incursões ao passado com olhos no presente, essa premissa benjaminiana pode ser contemporânea de outros tempos, resguardadas as devidas diferenças e circunstâncias entre os acontecimentos. Ao tomarmos como princípio que o estado de exceção possa ser a regra na tradição dos oprimidos, e considerando que o autoritarismo e a violência são práticas permanentes no Brasil, propomos como demanda buscar outras formas para narrar a exceção, o autoritarismo, e a violência. É necessário submetê-las a análises plurais que permitam combater-las, ou mesmo erradicá-las como nos propõe Arlette Farge. Essa historiadora alega que “é justo tentar a aventura da reflexão para não se deixar desbordar por aquela do sentimento de fatalidade ou de impotência. (FARGE, 2011, p. 25).”

*Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Docente na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Atua nas áreas de história, memória, política, trabalho, justiça do trabalho e imagem. Contato: marce_goes@hotmail.com.

Nesse ensejo, partimos do ponto em que as incessantes lutas por direitos e cidadania no Brasil são simultâneas as ações de grupos conservadores que atuam dentro e fora das esferas governamentais. Essas ações produzem percursos, trilhas pelas quais a exceção constitui não somente forma de governo e força de lei, mas sobretudo ações de repressão, sequestros, prisões, torturas, desaparecimento de pessoas e ocultamento de corpos. E que no campo histórico, torna-se possível percorrer essas trilhas através dos rastros de uma violência que se torna meio e prática comum na cultura política brasileira.

Nesse artigo, tomando Benjamin, Koselleck e Farge como lentes teóricas para elaboração de problemas, permito-me mergulhar na aventura da reflexão analisando alguns casos em Alagoas que podem indicar em que medida a exceção se configurava como regra na história política brasileira. Pretende-se evidenciar situações de racionalização da violência e seus dispositivos¹, do uso do direito para justificar sua própria suspensão e prisões arbitrárias com efeito de legalidade, tenham estes antecedido ou não o golpe civil militar de 1964 no Brasil. E ao mesmo tempo, evidenciar que apesar do horror e terrorismo praticado por agentes do Estado e grupos conservadores da sociedade civil, além da própria cultura política marcada pela violência, as resistências eram e são formas de driblar a impotência que as forças opressoras possam tentar impor.

Operários têxteis e suas lutas no sindicato

Os anos 1950 e 1960 em Alagoas e no Brasil foram marcados pela intensificação das lutas políticas, embates entre projetos conservadores com papel decisivo da União Democrática Nacional (UDN) e grupos empresariais vinculados aos interesses do capital internacional, e progressistas que aglutinavam grupos trabalhistas, comunistas e defensores da ampliação dos direitos sociais. Essa situação gerou diversos tensionamentos sociais.

¹ Segundo o filósofo Giorgio Agamben, devemos considerar como dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2009, p. 40).”

No âmbito nacional, a eleição de Vargas em 1950 e de forças progressistas em diversos estados brasileiros tinham representado “um grande desapontamento para seus inimigos, que tentaram utilizar meios legais e manobras políticas para impedir sua posse (CARVALHO, 2013, p. 127.)”. As perseguições, as prisões e os espancamentos de trabalhadores, a crise econômica e a carestia, as precárias condições de vida, os litígios trabalhistas, todos ditavam a tônica dos limites da cidadania nesse tempo.

Limites esses que em Alagoas eram tensionados ainda mais por meio das ações de grupos conservadores e da UDN que apoiavam o governo Arnon de Mello. Seu mandato vinha sendo marcado pela perseguição e prisão de comunistas e operários em Fernão Velho, uma das maiores vilas operárias de Alagoas, além da crescente judicialização das lutas políticas entre fábrica e operários.

Uma condição política e de poder cujos efeitos em Alagoas eram denunciados com frequência no jornal comunista *A Voz do Povo*. Nas páginas desse periódico podemos encontrar testemunhos de greves, comícios, espancamentos, pobreza, entre outras notícias. Em seu conjunto de edições, pode-se acessar aos mundos dos trabalhadores e suas lutas pela sobrevivência e direitos. Inclusive com fragmentos das condições de vida e trabalho no complexo fabril formado pela Fábrica Carmen e sua vila operária Fernão Velho.

No dia 2 de julho de 1953, colocou-se em pauta para discussão no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, questões salariais dos operários da Fábrica Carmen.² O presidente desse sindicato, ao procurar o diretor da unidade fabril, Alberto Brito Bezerra de Melo, retornou com uma proposta patronal de aumento de 20% sobre o salário dos operários. Contudo, não deixava claro as condições desse aumento. Inclusive, era uma proposta que destoava do posicionamento de presidentes de outros sindicatos. Esses, em reunião com o Delegado do Trabalho, tinham acordado pleitear nas suas negociações sindicais o percentual de 40%. A questão do aumento foi levada então para uma Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 5 de julho de 1953 na sede do Recreio Operário naquela vila.

² SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 2 de julho de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA.)

Durante a Assembleia, o debate provocava certa apreensão sobre as possibilidades de conquista ou não do aumento. O presidente do sindicato informou as propostas em votação, e demarcou seu posicionamento. “Adiantou que, na sua opinião, os 20% sem luta e com boa vontade dos patrões, seria preferível aos 40% com lutas e com atrapalho, portanto ganhava mais acertado que aceitassem o menos trabalhoso.” No fim da Assembleia, foi aceita por unanimidade a proposta de 20%. Porém, não incidiria em um aumento real dos salários. Seriam incorporadas nesses 20% algumas vantagens já conquistadas, como a assiduidade ou o próprio abono, geralmente pagos à parte. Sobre os salários, incidiam ainda descontos, a exemplo da taxa de higiene, que poderia ser elevada à revelia do patrão, reduzindo o efeito real do aumento salarial. Na prática, pouco se ganhou.

A polêmica sobre o aumento salarial continuou nas reuniões seguintes. Inclusive colocando em dúvida a capacidade de luta dos operários alagoanos. Na Ata da Assembleia de 16 de julho de 1953, um dos associados, Mário Cavalcante, questionava sobre as razões dos Delegados do Trabalho sempre acreditarem que os operários devessem aceitar as propostas dos patrões. “Os operários deveriam aceitar até a chibata?”, indagava.

Aproveitando esse questionamento, Silvio Lira perguntou ao presidente do sindicato se o aumento seria considerado como salário ou abono. Uma questão aparentemente tola, mas que apontava conhecimento jurídico, pois abono não é salário. Sugeriu que caso fosse pago como abono, deveria ser tomadas providências no intuito de incorporá-lo ao salário, resguardando a “conquista negociada”.

Silvio Lira era um ativo e politizado operário têxtil em Fernão Velho. Trabalhou no jornal comunista *A Voz do Povo* onde estreitou relações políticas com Jayme Miranda, a principal liderança do PCB em Alagoas nos anos de 1950 e 1960. Tornou-se comunista e passou militar de forma mais incisiva na vila operária em que vivia. Rapidamente se tornou uma referência do PCB, sendo até considerado uma liderança. Escreveu notas jornalísticas no periódico que trabalhava, e embora não tenha concorrido ao Sindicato de sua categoria profissional, participava ativamente questionando, propondo, denunciando, e lutando por melhores condições de vida, trabalho e salário.

No dia 7 de agosto de 1953, quando os operários se reuniram em sessão extraordinária para apreciação e aprovação da previsão orçamentária do Sindicato para o ano de 1954, o presidente foi questionado por Silvio Lira. O operário comunista solicitou um “esclarecimento mais explícito das diversas contas e códigos da previsão”³ de modo que os operários presentes pudessem ter melhor entendimento sobre o que estava sendo proposto. O presidente, por sua vez, respondeu afirmando que ali se tratava apenas de um esboço das despesas, e mais informações sobre o sistema contábil somente seria possível com um contador.

Os questionamentos de Silvio Lira se tornavam inconvenientes para o presidente do sindicato, pondo-o em situação de constrangimento, sobretudo quando tentava aprovar um esboço contábil com informações imprecisas que nem ele próprio, como proponente, era capaz de dominar e explicar com clareza.

Ao mesmo tempo, tornava-se plausível disputas dentro dessa representação de classe, sobretudo com a aproximação das eleições gerais de 1955, quando o eleitorado operário teria expressiva relevância. Sobre o Sindicato em Fernão Velho foi noticiado no jornal *A Voz do Povo*, edição de 11 de dezembro de 1955⁴, uma segunda convocação para votação dos associados. Nesta, sagrou-se vitoriosa uma chapa independente, ao contrário de outras gestões em que prevaleceram sindicalistas alinhados aos interesses da Fábrica ou que sugeriam aos operários a imparcialidade sobre assuntos políticos. A nova diretoria eleita seria mais sensível às demandas dos operários. Nessa matéria, é importante destacar a denúncia da interferência patronal nos processos de escolha das representações operárias nos sindicatos.

Era fato comum as chapas concorrentes precisarem da anuência dos gestores fabris, ou mesmo terem candidatos reconhecidos como tendenciosos aos interesses patronais visando também se auto beneficiarem, como lembra Zequinha Moura em seus relatos de memória.

³ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão extraordinária de 7 de agosto de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA.)

⁴ VITÓRIA da chapa de Fernão Velho. *Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA.)

Olha naquela época, vi muitas coisas errada e não podia falar. Vi coisa que o presidente do sindicato ganhava propina da firma para deixar de enxergar uma porção de coisas. [...] E a fábrica dava propina para o sindicato fechar os olhos. Foi com todos eles (os presidentes). Nunca deixou de pagar o certo, não. (Relato de Zequinha Moura, Fernão Velho, Maceió, 2014. Acervo pessoal)

O sistemático financiamento de representantes pelegos, tornava o Sindicato uma outra fonte de renda a despeito dos interesses operários. Essa interferência patronal ocorria não apenas por meio de vantagens financeiras oferecidas pelos patrões, mas também o terror e a ameaça de dispensa. Além do que, havia também, com apoio e pressão patronal, a eleição de representantes despreparados, a exemplo de Zé Gomes, um analfabeto. Antônio Cardoso, um operário têxtil, ao relatar sobre esse representante em suas memórias, indagou: “Como um homem analfabeto tem como agir nesses problemas? Ele foi presidente do sindicato!” (Relato de Antônio Cardoso. Fernão Velho, Maceió, 2015. Acervo pessoal).

O sindicato não tinha uma direção independente havia nove anos. A Fábrica coagia os operários a votarem em seus candidatos, ameaçando-os de demissão e até prisão sob acusações diversas, o que feria a liberdade sindical, seja na interferência nas eleições, seja na manipulação da diretoria pelega que se estabelecia no sindicato. Noticiava-se que “Em vez de contratos coletivos de trabalho, exist[iam] contratos leoninos, quer dizer, a parte do **leão** fica para o industrial e os operários só se obrigam a cumprir as obrigações enquanto os **patrões vivem com a tripa forra.**”⁵ Essa matéria no *A voz do Povo* expressava a voracidade da produção em nome do lucro dos patrões e industriais representados como leões. Um lucro produzido pelo aviltamento do trabalho, cujo acúmulo era grande e excedente – estufando bolsos e cofres como quem fica com as “tripas forras” após uma abundante alimentação.

Porém, concomitantemente ao acirramento das lutas políticas e eleitorais no país, as disputas no sindicato também tomavam outros rumos, vencendo chapas que, de fato, demonstravam representar os operários. Em 1955, rompendo a interferência patronal,

⁵ O PROGRAMA e o Congresso. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

Abelardo Cavalcante Lins foi eleito com 81% dos votos dos operários.⁶ Para os comunistas, não se tratava de uma vitória isolada, mas do movimento sindical da região e do país. O que não assegurava necessariamente a posse de Abelardo, protelada durante alguns meses. A fábrica, utilizando-se do pretexto de anticomunismo, tentou anular em vão essa eleição sindical. Um embate que reforça a ideia de que essa – entre outras lutas políticas – estava em aberto.

A escalada da violência contra trabalhadores (anos 1950)

Muniz Falcão, que foi Delegado do Trabalho e representava os trabalhistas em Alagoas, foi eleito governador em 1955. Tão logo iniciou seu mandato, iniciaram as oposições dos grupos conservadores, culminando no seu *impeachment* em 1957. Afastado do governo, abriu-se o precedente para o recrudescimento da repressão aos movimentos sociais, em especial aqueles influenciados por ideias trabalhistas e comunistas. Observa-se uma escalada da violência, cujas representações passam a circular por meio de discursos, fotografias, e matérias jornalísticas. Inclusive tornando-se passível de encenação carnavalesca, com pessoas fantasiadas protagonizando cenas do cotidiano na capital alagoana.

Fotografia 01 – Brincadeira de foliões fantasiados: ação policial.



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som, Alagoas. Coleção Carnaval Antigo, 1955.
Foto n.º 55, Turma de Rubens Camelo.
Autor desconhecido, [195?].

⁶ VITÓRIA da chapa de Fernão Velho. *Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

A fotografia expressa a luta entre brincantes fantasiados de dois personagens: um vestido claramente de policial e outro cujas vestimentas lembram um sujeito comum, podendo ser um trabalhador. A fotografia fora registrada como se fosse do grupo de um reconhecido folião de Maceió entre as décadas de 1940 e 1960. Embora a fotografia possa distorcer o que retrata, para a escritora Susan Sontag, nesse tipo de memória, “sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem (SONTAG, 2004, p.16)”. Existência e/ou semelhança de práticas sociais constantemente denunciadas no jornal comunista *A Voz do Povo*.

Espancamento de cidadãos em locais públicos passou a se tornar algo comum. Sigamos nas trilhas de alguns outros casos...

Virgílio José da Rocha foi preso em Fernão Velho no dia 30 de março de 1958.⁷ Era um pescador e se encontrava embriagado na Rua da Praia, um local de diversão e trabalho na laguna Mundaú. Policiais à paisana, cabo Araújo e mais dois agentes, abordaram-no, acusando-o de ter se armado. A arma não foi encontrada. Mesmo assim, sua prisão ocorreu. Foi espancado até a delegacia.

Na manhã de 11 de maio do mesmo ano⁸, Antônio Tenório, um vigia em Fernão Velho, foi espancado na Vila Pedreiras, também pertencente à Fábrica Carmen. O autor do espancamento foi o soldado Barbosa. O fato ocorreu no meio da rua por volta das 10h30, escandalizando as testemunhas, provocando revolta na população. O motivo não foi mencionado. O cidadão teve sangue arrancado de si. Mulheres desmaiaram diante dessa ação.

No mesmo mês, no domingo que antecedeu o dia 25 de maio de 1958, as ações de agentes policiais continuaram.⁹ Olívio, 45 anos, pai de família, que trabalhava há vários anos na Fábrica Carmen, foi abordado pela polícia. O cabo Pedro Araújo, comandante do

⁷ AS DELICADEZAS da polícia. *A Voz do Povo*, Maceió, 20 abr. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

⁸ ESPANCAMENTO provoca revolta em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, de 11 maio 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

⁹ MAIS um crime da polícia em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 maio 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

destacamento policial de Fernão Velho, foi tomar uma faca peixeira do operário, que se negou a entregá-la. O cabo então disparou diversos tiros que o feriram mortalmente.

Fora de Fernão Velho, os operários também ficavam à mercê da violência. Ao transitar pelas ruas de Maceió, jornalistas comunistas depararam com uma aglomeração de pessoas na esquina da Rua do Comércio, bairro do Centro. Encontraram um homem com aparência “miserável e selvagemmente espancado”.¹⁰ Tratava-se de José Ferreira da Silva, um operário de Fernão Velho que prestava serviço na Fábrica havia quatorze anos. Era pai de família, tinha nove filhos e aparentemente afrodescendente. Os jornalistas comunistas publicaram no *A Voz do Povo* uma reportagem sobre o acontecido e uma fotografia do operário apresentando as marcas dessa violência.

¹⁰ ESPANCADO barbaramente um operário pelos vigias da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 23 nov. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

Fotografia 02 – Operário José Ferreira da Silva após espancamento.



Fonte: *A voz do Povo*, 23 nov. 1958, Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA. Autor desconhecido, 1958.

Esse tipo de registro, segundo Sontag (2003, p.69), possibilita “aperfeiçoar a aparência normal das coisas”. Naturaliza o martírio, tomando a dor e violência como algo normal e banal, embora se faça questão de denunciar suas circunstâncias como absurdo quando nelas inferidas razões políticas. Supõe-se que o espancamento tenha sido praticado por vigias da fábrica. O operário teve diversos ferimentos e hematomas por todo o corpo. A foto possivelmente foi registrada após atendimento médico, sendo uma cena meticulosamente construída para ressaltar o efeito da violência, destacando o curativo na cabeça e a tipoia apoiando o braço.

Produzia-se nessa imagem uma cena repugnante de violação do corpo, o que também pode seduzir o espectador e leitor para o restante de sua pauta, ensejando um uso político desse acontecimento. A publicação do espancamento saiu na primeira página do jornal.



Capa do Jornal *A Voz do Povo*, edição de 23 nov. 1958.
(Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA)

O editorial articulou o ato que vitimou o operário com a precariedade das condições de vida, sendo essa também uma condição que violentava a dignidade dos trabalhadores. Junto dessa pauta, destacou também a luta pelo aumento do salário mínimo. O valor de Cr\$ 6.200,00 para o Distrito Federal ressoava como proposta dos comunistas para o Nordeste. Até então, estava vigente em Maceió o valor de Cr\$ 2.200,00. Defendia-se uma equiparação ao salário mínimo do Sul. A questão da carestia do custo de vida também era outro aspecto relevante nessa edição.

Todas essas pautas coadunavam com as lutas políticas da época, ensejando ampla mobilização dos trabalhadores de diversas categorias profissionais. O jornal, em meio a esse cenário, convocava os trabalhadores para a realização de uma “Assembleia Gigante” no palácio do trabalhador, tomando como pauta o aumento do salário mínimo e o congelamento dos preços. Inclusive, uma chamada que ganhava destaque na diagramação da primeira página dessa edição do periódico. Para além de um movimento demarcado naquele presente, constituiu-se como manifestação cada vez mais comum no cenário político nacional.

Na edição seguinte, *A Voz do Povo* noticiou alguns desdobramentos do caso José Ferreira da Silva.¹¹ O nome dos espancadores foi corrigido, acusando-se, a partir de então, João e Ercílio. Informaram que ambos continuavam soltos e escondidos na Fazenda Riacho da Barra no município de Pilar, vizinho à capital Maceió. O operário continuava acamado, recuperando-se. Alguns operários teriam tentado prestar solidariedade, visitando-o, mas eles foram impedidos pela Fábrica Carmen que os ameaçava de suspensão por quinze dias. O suposto mandante do crime, Capina, continuava aterrorizando os operários. Teria afirmado que a lógica de ação da turma que com ele trabalhava, é o cacete. E que haviam ainda dois operários para “levar pau”.

Em Saúde, litoral norte de Maceió e com existência de uma fábrica têxtil e vila, o operário Antenor Camilo do Nascimento foi ferido com uma faca peixeira por Juvino José de Lima, um dos vigias daquela fábrica.¹² O operário, após o episódio, foi obrigado

¹¹ CADEIA para os espancadores de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

¹² AGREDIDO um operário pelo vigia da Fábrica de Saúde. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas – APA.)

a fugir. Era perseguido pelos capangas do patrão que os ameaçavam de morte. Feita a denúncia na Secretaria do Interior e Segurança Pública, um delegado intimou os dois, operário e vigia, exigindo a entrega das armas do vigia, nesse caso a peixeira e um revólver. As armas não foram entregues. Após cochichos entre agentes policiais do Estado, o delegado prendeu o operário e liberou o vigia. Preso e impedido de retornar ao trabalho, o operário, quando libertado, foi informado pela fábrica que estaria suspenso por quinze dias. Antenor Camilo era casado e pai de dois filhos. Foi obrigado a manter-se foragido, tendo em vista a continuidade de ameaça do vigia que afirmara: “Se ele for lá [em Saúde], morre.”

Relatou-se, ainda, a truculência das forças policiais. No bairro do Vergel, um carroceiro foi preso, espancado e mantido incomunicável. Para os comunistas, Alagoas corria o risco de se tornar terra sem lei.

Produzia-se a sensação da impunidade e negação da lei que tornava perigoso viver a política. A reprodução do poder de determinados grupos e famílias no estado, quando não fosse assegurada pela capacidade de mobilização da vontade popular em face do carisma político e assistencialista que alguns praticavam, ocorria pela força e terror do cabresto eleitoral.

Ao mesmo tempo, ganhava força as demandas por conquistas de direitos. Ocorriam denúncias de precárias condições de vida e trabalho, crescimento no número de reclamações trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) da Capital fazendo também da Justiça do Trabalho um palco de lutas políticas, derrotas de representações pelegas nos sindicatos, comícios e assembleias de trabalhadores, greves e paralizações, entre tantas outras formas de engajamento e ação política por parte de trabalhadores. Essas eram também simultâneas às tentativas conservadoras de disciplinar e conter os movimentos e reivindicações sociais, culminando no recrudescimento da repressão, inclusive com efeitos diretos na ordem democrática e institucional do país.

Movimentos militares e o banquete

Na edição de 11 de março de 1964, o jornal *Gazeta de Alagoas* noticiou em sua primeira página, um acontecimento incomum em uma praia urbana, umas das principais

da capital carioca. Como parte de festejos do 154º aniversário da corporação de fuzileiros navais, foi simulado um exercício militar na praia de Botafogo no Rio de Janeiro. Era uma “guerra de mentira”.na zona sul da cidade¹³.



Gazeta de Alagoas, Maceió, 11 mar. 1964.
(Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

Essa guerra seria de fato uma simulação se desconsiderássemos as circunstâncias históricas daquele presente, ou mesmo as demais matérias noticiadas na mesma página, permitindo estabelecer conexões entre acontecimentos daquele presente. Noticiou-se também um comício assinalando o início do processo de reforma agrária no país e adiamento de greve.

No dia seguinte, 12 de março de 1964, o jornal *Gazeta de Alagoas* registrou nova ocorrência de exercício militar¹⁴. Dessa vez a movimentação foi 20º Batalhão de Caçadores do Exército, e ocorreu na cidade de Satuba, vizinha a Maceió, há poucos quilômetros de Fernão Velho. Teve como expectador, autoridades civis e militares.

¹³ GUERRA DE MENTIRA. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 11 de mar. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

¹⁴ EXERCÍCIO COM TIRO REAL... *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 12 de mar. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

Informava ainda que era uma simulação, uma “guerrinha”, e que apesar da adjetivação no diminutivo, as tropas não pouparam esforços na mobilização de seus equipamentos bélicos. Mais de 600 soldados levaram consigo “apetrechos pesados e uma possante metralhadora”.



Gazeta de Alagoas, Maceió, 12 de mar. 1964.
(Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

O momento de êxtase desse exercício teria sido um tiro real, apesar de não ter informado quem seriam os inimigos. Talvez fossem os grupos políticos que apoiavam o governo João Goulart. Ou o próprio presidente que estava na iminência de anunciar o conjunto de suas propostas de reformas para o país. Os comunistas também poderiam ser alvos potenciais. E quem sabe até mesmo os trabalhadores que reivindicavam direitos. São todas possibilidades plausíveis, diante da periculosidade que representavam nas visões e interesses de grupos conservadores.

Após o término do exercício, as autoridades civis e militares se deslocaram para Fernão Velho, onde foi oferecido pelos industriais proprietários da Fábrica Carmen, um banquete. Pouco mais de 15 dias após esses exercícios, passados também intensos e tensos momentos na cena política do país, ocorreu o golpe civil-militar naquele ano de 1964.

O *Jornal de Alagoas* destacou que Alagoas teria liderado no Nordeste um movimento que dizia ser pela sobrevivência da democracia¹⁵. O então governador Luiz Cavalcante, como militar e da UDN, ao apoiar as forças militares, e anteriormente mobilizado a repressão contra os movimentos de esquerda, assumia papel decisivo na execução do golpe no estado.



Jornal de Alagoas, Maceió, 04 abr. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

Ao mesmo tempo, na Câmara Municipal de Maceió, votava-se o impedimento de vereadores considerados ou reconhecidos como comunistas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade expressava anseios da classe média alagoana que se jubilava com a derrota de Jango, os comunistas e trabalhistas em Alagoas e no Brasil. Ao mesmo tempo, o aparato policial do Estado atuava perseguindo e prendendo aqueles considerados subversivos, tentando-se manter a ordem conservadora desejada, eliminando focos de agitação¹⁶. A eliminação da suposta ameaça comunista, e demais ideias progressistas e ampliação de direitos sociais, ganhavam legitimidade na situação de estado de exceção. Era como matar em legítima defesa¹⁷, consideravam os grupos conservadores e apoiadores do golpe. A violência se fortalecia como regra na tradição dos oprimidos.

¹⁵ ALAGOAS LIDEROU NO NORDESTE...*Jornal de Alagoas*, Maceió, 04 de abr. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

¹⁶ A POLÍCIA PRESERVA A ORDEM ELIMINANDO FOCOS DE AGITAÇÃO. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 03 abr. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

¹⁷ ELIMINAR O COMUNISMO É COMO MATAR EM LEGÍTIMA DEFESA. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 11 abr. 1964. (Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – IHGAL.)

Algumas considerações para uma história ainda em aberto...

A partir de diversas ações dos agentes do Estado, antes e depois do golpe civil-militar de 1964, podemos atribuir certa racionalidade à violência. Não é um fato estranho. Pelo contrário. Constatá-la é também reconhecer o quanto é perigosa. A violência, segundo Farge (2011, p.39), se dá por organizações de poder inscritas em enunciações políticas, e sua aparição e desmonte ocorre como em um mecanismo de jogo. Sobressalta em jogadas políticas, podendo sempre ser mobilizada como um recurso e meio. E é nos seus sobressaltos pelos diferentes atores sociais e formas de racionalização pelos agentes de poder em cada circunstância histórica onde percebemos o quanto também é constituinte de uma cultura política brasileira.

Silvio Lira, Jayme Miranda, e muitas outras lideranças comunistas e operárias não cederam à impotência imposta pelas forças repressoras. Fugiram de Alagoas sob pena de serem presos e torturados. Alguns passaram a viver na clandestinidade, com suas cidadanias negadas na regra da vigência do estado de exceção, mas ainda carregando uma limitada liberdade diante dos perigos de sucumbirem pelas ações de seus opressores. Jayme Miranda, líder comunista em Alagoas, foi preso na década de 1970, e consta como uma das vítimas desaparecidas durante o regime civil-militar. Silvio Lira, na mesma década, morando em Santos, foi preso. O protagonismo desses sujeitos também produziu efeitos sobre suas trajetórias familiares na medida em que esposas e filhos também compartilhavam uma vida de foragidos. Uma situação política paradoxal quando a negação de suas cidadanias se constituía para eles a confirmação da urgência na busca e continuidade por novas formas de resistências e lutas pela existência da mesma. Quem sabe, ao narrar e denunciar essas experiências, desnudando práticas políticas e sociais marcadas pela racionalidade da violência, possamos resistir e vislumbrar horizontes em que os direitos humanos e a liberdade possam vigorar com tenacidade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FARGE, Arlette. Da violência. In: *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. Continuidad y cambio en toda historia del tiempo presente. Observaciones histórico-conceptuales. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós Iberica, 2001.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.